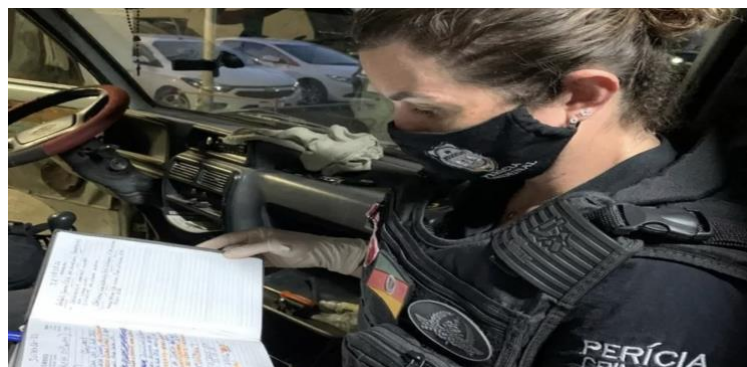


PERITA CRUZA INVESTIGAÇÕES E DESCOBE AUTOR DE AO MENOS NOVE ESTUPROS EM PORTO ALEGRE



Uma série de elementos encontrados em diferentes cenas de crime fez com que a perita criminal Grasiela Disegna, do Instituto Geral de Perícias do RS (IGP-RS), percebesse que uma mesma pessoa era a responsável por todos eles. Os crimes foram cometidos ao longo de dois anos na Zona Sul de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Em conjunto com diferentes delegacias da Capital, o esforço de investigação resultou na prisão preventiva, decretada pela Justiça, em 16 de outubro, de um homem de 44 anos, por ao menos nove estupros.

"Ele roubava e estuprova mulheres no local de trabalho delas. Uso de faca, mãos amarradas. Esperava um momento em que estivessem sozinhas. E normalmente trancava no banheiro. Atuava na Zona Sul de Porto Alegre", resume a perita.

As coincidências levaram a um estudo, feito pela perita em conjunto com o colega Anderson Morales, de perfis de vítimas e de outras ocorrências semelhantes. "Destes locais [de crimes], dois tiveram atendimento de local pelo IGP", comenta a perita.

Esse esforço, explica a perita, é incomum, pois envolve cruzamento de dados de diferentes casos. "Não é prática da perícia. Foi uma percepção que tive e fui atrás", afirma.

O primeiro caso analisado foi em dezembro de 2019. Segundo o IGP, Disegna percebeu que as características eram similares a outro caso, atendido em fevereiro. A suspeita levou à comparação do material genético coletado nos dois crimes, apontando para o mesmo autor. A partir desse resultado, mais casos começaram a ser analisados.

No dia da prisão do suspeito, a perita acompanhou a ação e o cumprimento de mandado de busca e apreensão. No carro dele foram encontrados mochila, faca, notebook e sacola com preservativos.

O homem foi identificado por nove mulheres. Ele já tinha sido preso, também por crime de estupro, em 2013, em Viamão.

Na delegacia, Disegna chegou a encontrar seis vítimas do homem. "Uma delas me disse: 'agora vou poder voltar a viver, muito obrigada'" conta a perita. "Não há o que supere a sensação de ter feito a diferença e ajudado a fazer justiça", conclui. (Fonte: G1)

Nota de Esclarecimento

A Associação Brasileira de Criminalística - ABC, entidade que representa os Peritos Oficiais de Natureza Criminal dos Estados e do Distrito Federal, vem, por meio desta, esclarecer como foi a participação da ABC na formulação da proposta de Lei Orgânica da Polícia Civil que será apresentada pela ADEPOL (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil) e COBRAPOL (Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis) ao MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública).

Primeiramente, cumpre referir que a ABC participou de duas reuniões com as entidades supracitadas (ADEPOL e COBRAPOL). Na primeira, realizada em 11 de agosto de 2020, ficou acordado que a proposta indicaria que a parte da perícia oficial seria tratada em lei própria, que abrangeria as perícias vinculadas e as desvinculadas da polícia civil, somente facultando a realização da identificação civil e criminal pela polícia civil nos Estados onde os institutos de identificação não estão sob a mesma tutela dos institutos de criminalística e medicina legal. Já na segunda reunião, realizada em 29 de setembro, nos foi apresentada a atual versão do texto e, quando nos posicionamos contrários, não houve acordo.

Com o entendimento de que a atividade pericial deve ser uma e nunca fracionada, assim como é fato que a subordinação dos órgãos periciais ao delegado geral da polícia civil, atualmente, é exceção, não regra, marcamos reuniões com a COBRAPOL e com a FENAPPI (Federação Nacional dos Papiloscopistas) a fim de buscar um entendimento. Na primeira reunião, ocorrida no dia 28 de setembro, os representantes da FENAPPI sinalizaram com uma possibilidade de acordo no sentido de remeter a regulamentação da perícia oficial em lei própria, desde que esta lei indique que os institutos de identificação também devem fazer parte da estrutura de perícia.

A fim de consolidar uma proposta de comum acordo, foi marcada outra reunião com a participação do Presidente do CONDPC (Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica), além das entidades já citadas (COBRAPOL e FENAPPI). Na reunião, realizada no dia 30 de setembro em Goiânia (as demais foram em Brasília), o presidente da FENAPPI afirmou que, após consulta à sua base, os papiloscopistas do Brasil querem ficar subordinados à polícia civil, com nomenclatura de perito oficial de polícia, sequer permitindo uma discussão do assunto com os presentes.

Em leitura um pouco mais apurada do texto finalizado, pode-se afirmar que a proposta apresentada busca retomar o controle da atividade pericial pela polícia civil, seja por prever exclusividade na realização de qualquer atividade de polícia judiciária, inclusive da materialização dos elementos de prova, seja por possibilitar a criação do cargo de Perito Oficial de Polícia nos Estados onde a perícia é desvinculada, inclusive preconizando a perda de porte de arma e identificação funcional nos casos de concessão de qualquer tipo de autonomia aos peritos.

Já com relação à identificação civil e criminal, a proposta as coloca como atividades típicas da polícia civil e como atribuição do cargo de oficial investigador de polícia, ou seja, a proposta prevê a transformação, por similaridade de atribuições, dos papiloscopistas em oficiais investigadores, e não em peritos oficiais como pretendiam seus representantes.

Já com relação aos ICs (institutos de criminalística), IMLs (institutos de medicina legal) e IIs (institutos de identificação), o texto garante que somente ICs e IMLs, quando pertencentes à polícia civil, serão coordenados por peritos das respectivas áreas, deixando livre a nomeação do coordenador do II e, em todos os casos, serão escolhidos pelo delegado geral da polícia civil.

Vale ainda ressaltar que existe uma proposta de Lei Orgânica da Perícia Oficial de Natureza Criminal em análise no CONDPC que contempla todos os modelos de órgãos periciais existentes (totalmente desvinculados, parcialmente desvinculados ou totalmente subordinados à polícia civil).

Atualmente são 19 os Estados onde os órgãos periciais são subordinados diretamente ao secretário de segurança pública e em somente 7 e no DF são subordinados ao delegado geral da polícia civil, ou seja, a subordinação à polícia civil é EXCEÇÃO, não regra, e assim deve ser tratada em qualquer proposta legislativa.

Outro ponto que não podemos esquecer é que tal proposta ainda será apresentada pela ADEPOL e COBRAPOL ao MJSP, onde deverá ser analisada e, caso aprovada pelo Ministério (e pelos demais que venham a examiná-la), possivelmente será encaminhada como sugestão de substitutivo ao relator do PL 1949/2007 na Câmara dos Deputados, ou seja, ainda haverá muita discussão a respeito do tema.

Assim sendo, considerando que a desvinculação dos órgãos periciais das polícias civis é recomendada e apoiada por inúmeros órgãos e organismos nacionais e internacionais, é uma exigência da sociedade civil organizada e é evidente que a referida proposta representa um enorme retrocesso em tudo o que já foi conquistado pela perícia em todo o Brasil, **a ABC manifesta-se totalmente contrária à aprovação da proposta e envidará todos os esforços para que seja rejeitada da forma em que se encontra**, sendo necessária a adequação do texto em diversos pontos, de forma a garantir que os órgãos e carreiras periciais sejam regulamentados em lei própria que se aplique de maneira uniforme em todo o território nacional, independente da existência de vinculação à polícia civil.

NAS REDES SOCIAIS

MORALIDADE E ESTUDO CONTINUADO: VIRTUDES DE TODA A CARREIRA!

Ex-Diretor-Geral da Perícia Criminal do Rio Grande do Sul (IGP), Cleber Muller trabalhou como Perito Criminal por 20 anos. Além de assistente técnico, é professor de cursos de capacitação, especialização e de ingresso no serviço público em diversos estados. Muller, que tem quase 12 mil seguidores no Instagram, acredita na importância da moralidade para peritos, e diz: “As conclusões apostas nos laudos periciais, mais que colocar criminosos na cadeia têm a responsabilidade de evitar que inocentes sejam condenados injustamente.”

Como começou sua carreira?

Concluí Engenharia Química na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o que me possibilitou participar do concurso. Na época, poucas pessoas sabiam o que fazia um Perito Criminal, mas a perícia acabou se tornando uma paixão.

Como sua formação influenciou seu trabalho de perito?

Esse é um dos cursos que tem grande compatibilidade com a multidisciplinaridade da Perícia Criminal. Os engenheiros estudam fundamentos muito valiosos em várias das áreas e funções em que atuei.

Trabalhou como Perito Criminal por 20 anos, como foi esse período? O que motivou a mudança para assistente técnico?

Atuei e coordenei as áreas de Informática Forense e Perícias Audiovisuais. Trabalhei por alguns anos na Seção de Atendimento de Locais de Morte Violenta, e nas áreas de gestão, projetos, tecnologia da informação e comunicação. Ao deixar a direção-geral do IGP em 2017, para a aposentadoria, fui convidado pelo Procurador-Geral de Justiça do RS a atuar junto à coordenação do Gabinete de Assessoramento Técnico do Ministério Público.

Qual foi o ponto alto de sua carreira? Poderia mencionar algum caso interessante?

Com certeza foi exercer a Direção-Geral da Polícia Científica e poder compor o Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica, que representa todos os órgãos periciais criminais do Brasil. Um caso interessante foi o do menino Bernardo, mais especificamente os exames envolvendo as suspeitas de homicídio de sua mãe Odilaine Uglione. Cito este exemplo quando refiro a aplicação de inúmeras áreas periciais, da complexidade que podemos nos deparar na investigação de um crime, e a relevância das provas periciais na investigação.

Qual sua maior inspiração dentro da perícia?

Eu destacaria o Perito Criminal Eraldo Rabello. Não consigo imaginar um estudioso de Criminalística que não tenha conhecimento pelo menos de uma de suas obras.

Quando decidiu se tornar autor? Como conciliar a escrita com o trabalho?

No momento em que escrevemos nosso primeiro laudo, nos tornamos autores. A prática da escrita faz parte da rotina de todo Perito Criminal, e se tornar autor é consequência. A conciliação do tempo com certeza é um grande desafio, e requer um esforço.



Cleber Muller, ao microfone, durante posse no Conselho Nacional de Dirigentes de Perícia do Brasil

Além da perícia, quais são suas paixões?

Desde o nascimento do meu filho Luri iniciei a prática do surf. Sempre que possível, colocamos as pranchas e os remos no carro e vamos para uma praia tranquila. Assim acabo conciliando outra paixão que é viajar.

Você tem quase 12 mil seguidores no Instagram. Quando começou a atuar nessa rede social?

Sempre achei importante divulgar a perícia criminal. Comecei no Instagram há menos de dois anos com esse objetivo. Agora, durante a pandemia, criei um canal no YouTube, onde transmito semanalmente o programa Cientistas Forenses, explorando sempre uma das áreas das ciências forenses, na maioria sobre perícia criminal. Na mesma linha produzo semanalmente o podcast, o ForensiCast. No programa, em que discuto o tema com convidados, há muita interação com o público, que faz perguntas diretas durante a transmissão ao vivo. Sempre achei importante divulgar a perícia criminal. Já o site está mais focado em assessoria e consultoria em perícia criminal, área em que também atuo, e conta com muitos seguidores da área de direito e concurseiros. Também já usei bastante o Twitter e o Facebook, onde ainda tenho perfis.

Qual livro está lendo no momento e qual indica para os Peritos?

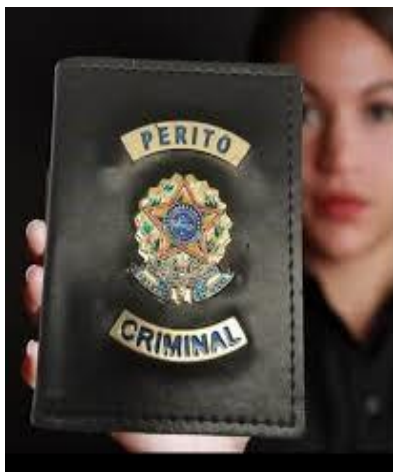
Estava lendo as obras do Yuval Noal Harari, que nos conduzem a reflexões sobre a existência humana e o futuro. Recomendo “Discurso do Método”, de René Descartes, e “Lógica da Investigação Científica”, de Karl Popper.

Qual a principal virtude que os que sonham em ser Peritos precisam cultivar?

Sem sombra de dúvidas se afastarem um pouco do celular. Brincadeiras a parte, se você sonha em ser Perito deve cultivar a virtude da moralidade, e como hábito o estudo continuado, pois serão qualidades que precisa exercer ao longo de toda carreira.



EM MATO GROSSO DO SUL A FALTA DE PERITOS CRIMINAIS CHEGA A 65%



Dados do Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses de Mato Grosso do Sul (SINPOF-MS) revelam que o estado tem apenas um terço do número de peritos criminais que seriam necessários. “Nós necessitamos de 330 peritos criminais segundo a Polícia Civil. Atualmente, nós temos 113”, relata Sebastião Renato da Costa, presidente do SINPOF-MS.

O governo do estado chegou a abrir um processo para convocação de peritos criminais sem a necessidade de concurso público, entretanto, uma liminar concedida em ação movida pelo Sindicato e pela ABC determinou a suspensão do processo visto que este não contemplaria os critérios mínimos para seleção.

“Para você ser perito, além de um bom currículo, há outros atributos: estabilidade emocional, sensibilidade com o ser humano, bom condicionamento físico, boa saúde de forma geral e uma conduta moral”, explica Costa. “Nessa contratação, não havia previsão dessas outras análises que ocorrem em um concurso devidamente organizado.” Normalmente, o processo seletivo compreende sete fases.

Além da carência de peritos criminais, o presidente do sindicato ressalta a necessidade estruturar as sedes regionais com equipamentos de qualidade e softwares que agilizem o trabalho de perícia.

TO – Um exame de projeção espacial em plano retangular, permitiu que Peritos Oficiais do Núcleo Especializado de Computação Forense, do Instituto de Criminalística de Tocantins, identificassem a placa de veículo presente em crime. Os caracteres da placa não poderiam ser identificados apenas por meio da imagem registrada pela testemunha ocular, uma vez que a captura havia sido feita pela lateral do veículo. Com a técnica utilizada, a placa foi projetada em uma posição próxima à captura frontal. “Exames desta natureza implementam conceitos de geometria analítica, rotação e translação de matrizes bidimensionais (2D)”, explica Thiago Magalhães, um dos peritos que realizou o exame.

PR – Exame de perícia de voz identificou o autor de crimes sexuais cometidos em 2014, em Goioerê, interior do Paraná. O laudo pericial identificou um dos três locutores presentes no material enviado pelo Ministério Público do estado (MPPR). Segundo relato de Denise Carneiro Berejuk, perita criminal encarregada do laudo, ao Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Paraná (Sinpoapar), o método utilizado se baseia na análise da parte linguística e acústica. “Então, cada pedacinho do som, cada letrinha, cada fonema de uma palavra é dissecado pelos peritos, para vermos semelhanças e diferenças”, explica. O trabalho da perícia contribuiu para que a denúncia fosse oferecida e aceita pelo Poder Judiciário.

SP- A perícia foi fundamental para identificar carros submersos em Salto de Pirapora, região metropolitana de Sorocaba. Reportagem publicada pelo G1 destacou o trabalho da perícia criminal na identificação de veículos que estavam submersos em uma pedreira desativada. Os peritos identificaram dois carros com números de chassi e motor adulterados entre treze automóveis que apareceram em decorrência da queda do nível da água na antiga pedreira. Segundo o perito Luis Gustavo, todos os carros estavam com lama, amassados e dificuldade para abrir o capô. Apesar da deterioração, a perícia conseguiu acessar os números de registro e fornecer laudos essenciais para o andamento da investigação.

NO PANTANAL, PERITOS BUSCAM IDENTIFICAR ORIGEM DOS INCÊNDIOS

Identificar a origem e a causa dos incêndios no Pantanal tem sido uma das principais ocupações dos peritos criminais da Gerência de Perícias de Meio Ambiente e Engenharia Legal da Politec em Mato Grosso. O gerente do setor Luiz Gustavo Kozan acredita que a área não pegou fogo sozinha. “Os diversos incêndios simultâneos apontam para certa interferência humana”, ressalta.

Para chegar à origem do fogo, os peritos combinam a análise da área de incêndio — tanto no local quanto por imagens de satélite —, visualização diária dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Planet e dados meteorológicos.

Os peritos revezam as idas ao local em decorrência da grande extensão das áreas atingidas. Antônio Magalhães, presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais Criminais (Sindpeco), destaca a importância do trabalho da perícia ambiental para que as devidas punições possam chegar àqueles que cometem crimes contra o meio ambiente.

